

Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Comitê Gestor do PROGRAMA DE ESTÍMULO A INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA PARA O APOIO A INOVAÇÃO - FUNDO VERDE AMARELO

Ata da 7ª Reunião

Data: 6 de dezembro de 2002

Local: Ministério da ciência e Tecnologia - MCT

Esplanada dos Ministérios, Bloco "E" - 2Q andar - Brasília - DF

1. Presentes:

Membros do Comitê Gestor e suplentes:

1. Carlos Américo Pacheco (Presidente) - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Jorge de Paula Costa Ávila (Membro do Comitê) - Representante da Finep
3. Maurício Serrão Piccinini - (Membro do Comitê) - Representante do BNDES
4. Mário Bernardini (Membro do Comitê) - Representante do Setor Produtivo (FIESP)
5. Antonio Barras de Castro (Membro do Comitê) - Representante da Comunidade Científica (UFRJ)
6. Wilson Suzigan (Membro do Comitê) - Representante da Comunidade Científica - (UNICAMP)
7. Luiz Alberto Miraglia - Substituto do Representante do MDIC
8. Guilherme Brandao - Substituto do Representante do CNPq
9. Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim - Substituto do Representante do SEBRAE
10. Marco Antonio dos Reis Guarita (Substituto do Representante do Setor Produtivo (CNI))

Convidados e apoio:

1. Teresa Lenice Mota - MCT
2. Jose Seixas Lourenyo - MCT
3. Reinaldo Fernandes Danna - MCT
4. Reinaldo Dias Ferraz de Souza - MCT
5. Flavio Coutinho de Carvalho - CNPq
6. Toshiaki Sasaki - CNPq
7. Luiz Martins Melo - FINEP
8. Carolina H. de Mello - FINEP
9. Carlos Alberto M. Couto - FINEP
10. Antonio Marcio Buainain - CGEE
11. Roberto Vermulm - CGEE
12. Flavia Maia Jesini - CGEE
13. Rafael L. Andrade (CNPq)
14. Sergio Salles - FINEP
15. Ana Maria Pereira - MCT
16. Tatiana P. Castelo Branco - FINEP
17. Oswaldo Massambani - SCTDET - SP

Reunião:

A reunião foi aberta pelo Presidente do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, Sr. Carlos Américo Pacheco, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, que agradeceu a presença de todos. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão de trabalhos previstos para a sétima reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, os quais iniciou realizando a leitura da pauta,

distribuída nos seguintes itens: Item 1 - Aprovação da Ata da VI Reunião do Comitê Gestor; Item 2 - Balanço das Ações do Fundo no período de 2001-2002; Item 3 - Programação Orçamentaria do Biênio 2003-2004; Item 4 Outros assuntos de interesse do Comitê. o Sr. Pacheco sugeriu fazer um relato da situação da sistemática de transição de governo, sobretudo sobre os assuntos relacionados a agenda das ações dos fundos setoriais, especialmente do Fundo Verde-Amarelo, bem como uma discussão em tomo dos aspectos da Lei de Inovação. Em votação, a inserção na pauta da reunião, dos itens acima relacionados, foi aprovada por unanimidade. Na seqüência, passou-se para o item 1 da pauta - Aprovação da Ata da VI Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, sobre o qual o Sr. Pacheco sugeriu que o mesmo ficasse em aberto e, havendo emendas ou alterações a serem feitas na ata, que estas fossem apresentadas no decorrer dos trabalhos, ou em não havendo manifestações até o final da reunião, a ata seria considerada aprovada. Posto em votação, a sugestão do Sr. Pacheco foi aprovada por todos. o Sr. Pacheco passou então para o segundo item da pauta - Balanço das Ações do Fundo Verde-Amarelo no período 2001-2002, esclarecendo que faria uma síntese das ações do Fundo Verde Amarelo no período em questão, devendo esta ser dividida por grandes eixos de ação e pelas linhas de ações prioritárias, de forma que os conselheiros pudessem ter uma visão adequada da alocação de recursos feita nesse período nas diversas modalidades de ações do Fundo. O Sr. Pacheco informou que sua apresentação estava composta de um conjunto de quadros de distribuição de recursos por eixo de ações; um conjunto de informações tabuladas por distribuição regional; os resultados preliminares dos editais das chamadas lançadas durante o segundo semestre de dois mil e dois e; breve análise qualitativa desses mesmos resultados.

Prosseguindo, iniciou sua apresentação a partir da análise qualitativa do conjunto de ações do FVA. Destacou a capacidade que o FVA revelou possuir para alavancar recursos adicionais na forma de contrapartida financeira de outras instituições para financiar a pesquisa e a inovação tecnológica. Entre os instrumentos de chamadas publicas realizadas pelo Verde-Amarelo, o Sr. Pacheco fez referências a Carta-Convite às empresas, cujo objetivo foi de identificar e selecionar empresas ou grupo de empresas que se propunham a aplicar recursos financeiros em conjunto com os recursos do FVA nos chamados projetos cooperativos de pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental e/ou engenharia não rotineira, com vista a geração de novos produtos ou processos produtivos. A demanda referente a Carta-Convite foi bastante elevada e o resultado preliminar da alocação de recursos foi de R\$ 27,4 milhões do FVA e de R\$ 25 milhões de contrapartida financeira dos demais parceiros. O Dr. Pacheco ressaltou que este e os demais resultados eram ainda preliminares tendo em vista que o processo de contratação dos projetos ainda não se findara. Em relação ao Edital de Projetos Cooperativos, lançado no ano de 2002, com a finalidade de apoiar *Projetos Cooperativos Pré-Competitivos e Empresariais* desenvolvidos por Universidades, Centros de Pesquisa e Organizações Sociais, em associação com empresas e/ou entidades representativas do setor produtivo, o valor total dos projetos aprovados foi de aproximadamente R\$ 11 milhões, sendo R\$ 7 milhões provenientes do FVA A e R\$ 4 milhões de contrapartida das empresas. Para a linha de ação do TIB - Tecnologia Industrial Básica, cuja finalidade e o apoio a expansão e a consolidação da infra-estrutura de serviços tecnológicos nas áreas de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Tecnologias de Gestão, Propriedade Intelectual e DESIGN, o aporte do Fundo foi de R\$ 31 milhões, e gerou aproximadamente R\$ 9 milhões de contrapartida de outros parceiros. Em relação ao Programa de Arranjos Produtivos Locais, o Sr. Pacheco salientou que até o momento haviam sido destinados aproximadamente R\$ 15 milhões do FVA A, com R\$ 4 milhões de contrapartida dos demais parceiros. O Edital de Parques Tecnológicos, no valor de R\$ 12 milhões, cujo objetivo e apoiar a elaboração de estudos de Pre-viabilidade econômica e de Planos de Investimentos para Parques Tecnológicos, mobilizou R\$ 6 milhões dos demais parceiros. O Sr. Pacheco informou que o total global de contrapartida gerada pelo FVA em 2002 foi no mínimo de R\$ 48 milhões. As ações do FVA ensejaram e viabilizaram um conjunto diversificado de parcerias, cuja tipologia se apresenta de formas variadas tais como; parcerias entre empresas e instituições de pesquisas sob a forma de Projetos Cooperativos; parcerias para a provisão de serviços tecnológicos; parcerias para capacitação de recursos humanos ou qualificados das próprias empresas; parcerias de empresas entre si, com instituições de pesquisa para a execução de propostas de P&D de interesse comum; parcerias com objetivo de desenvolver pesquisas na própria empresa (Programa RHA); desenvolvimento de Projetos Cooperativos Pré-Competitivos; parcerias institucionais no contexto dos Arranjos Produtivos Locais, Apoio a Inovação em micro e pequenas empresas envolvendo um conjunto amplo de instituições - SEBRAE, SENAI, Institutos Tecnológicos e outros; apoio as rede de pesquisas e empresas etc. O Sr. Pacheco ressaltou a relevância da experiência e a necessidade de as mesmas serem avaliadas ou melhor analisadas pelos senhores conselheiros. Neste sentido, o Sr. Pacheco sugeriu que o Comitê encarregasse a Secretaria Técnica, com a colaboração do MCT e Agências, uma avaliação em profundidade da experiência do FVA em promover parcerias, cujos resultados poderiam contribuir para melhorar o desenho das ações e instrumentos do FVA A. Dando continuidade, o Sr. Pacheco analisou a participação das empresas nas diferentes ações do Fundo. Na Carta-Convite foram recebidas 145 cartas de manifestação de interesse por parte das empresas, resultando em 90 qualificadas; 61 empresas apresentaram 107 propostas de projetos cooperativos e 32 empresas tiveram seus projetos aprovados. Na Chamada de Projetos Cooperativos a

participação foi de 115 empresas com projetos proprietários e 15 grupos de empresas articulados com 90 institui90es de natureza setorial, entre eles: Centro Cerâmico do Brasil, Instituto Brasileiro de Siderurgia, Instituto de Inovação, Instituto Genius, Centro de Caracterização e Desenvolvimento de Materiais -CCDM. Na primeira fase do RHAE, 90 empresas receberam 200 bolsas com a duração de até 24 meses.

O Sr. Pacheco prosseguiu com uma análise mais detalhada da "Carta-Convite". Identificou as empresas que foram classificadas bem como os valores de seus respectivos projetos. Esclareceu que algumas das empresas classificadas não estão sendo contratadas no Fundo Verde-Amarelo, mas pelos novos fundos que estão entrando em operação e que por isso tem suas carteiras menos comprometidas do que a do FVA. Informou aos membros que enviou *ad referendum* do Comitê, quatro projetos para fundos setoriais específicos, sendo eles: 1) Projeto Compsis Computadores e Sistemas - para gestão de transporte, que passou a ser financiado pelo Fundo de Transporte; 2) o Projeto da Modulo Security Solutions - Projeto de Segurança de Rede - 0 qual foi submetido ao Fundo de Informática, cujo Comitê resolveu não apoiá-lo por não se enquadrar nas suas prioridades antes definidas, e conseqüentemente resultou no retorno deste para 0 FVA A; 3) 0 Projeto da EMBRAER, que foi aprovado pelo Fundo da Aeronáutica; e 4) 0 Projeto da Perdigão, que foi aprovado pelo Fundo de Agronegócios. Com relação a promoção de ambiente favorável a inovação, o Sr. Pacheco informou que durante o biênio 2001/2002 foram aplicados R\$58 milhões em investimentos em Tecnologia Industrial Básica - TIB, cuja parte mais representativa foi alocada para melhorias e adequações na área de infra-estrutura tecnológica de suporte a competitividade da industria. Porém, esclareceu que 0 MCT possui outra linha de ação em que utiliza recursos do Banco Mundial para suporte ao TIB; destacou que o INMETRO também tem usado parte de sua receita para fazer inversões nessa área. Comentou que infelizmente 0 orçamento do Fundo Verde-Amarelo não é suficiente para cobrir as despesas necessárias para os investimentos requeridos em Tecnologia Industrial Básica, cuja demanda superou os R\$ 307,4 milhões nas chamadas do Verde-Amarelo. Esclareceu que a lógica seguida no Brasil, em conformidade com 0 que vem se observando no mundo inteiro na área de metrologia, a que para cada dólar aplicado no Instituto de Metrologia Nacional precisa-se aplicar dois dólares em serviços de atendimento direto a industria. Concluiu informando que alam da Metrologia no sentido *strictu sensu*, existem outros projetos como o da Rede de Serviços Brasileiros de Resposta Técnica que tem implicações do ponto de vista do ambiente como um todo. Esclareceu que não faz sentido se contabilizar o benefício da relação empresa-empresa, por ser este um apoio difuso ao ambiente de inovação. Em relação as ações de Mobilização para a Informação, o Sr. Pacheco fez referências a parceria feita com o **Movimento Brasileiro de Competitividade**; e uma outra com a FINEP/SEBRAE para apoio as micro e pequenas empresas. Destacou os vários suportes que vem sendo dados a associações, sindicatos empresariais em torno de projetos específicos e de interesse do setor, como na área de *Design*, pró-revestimento cerâmico e Inovação Rápida para o Setor Automobilístico. Exaltou Ressaltou a existência de projetos do Fórum de Competitividade no MDIC e outros projetos relacionados as encomendas. Mencionou 0 suporte financeiro que o MDIC e o FVA deram a ABNT, com o objetivo de viabilizar a resolução de parte dos problemas financeiros que a mesma enfrentou ao tango do ano corrente (2002). Dentro da promoção de ambiente favorável a inovação, o Sr. Pacheco destacou os Arranjos Produtivos Locais que exercem um papel importante nas áreas de atuação e o fato de estes provocarem um forte impacto no conjunto extenso de empresas. Enfatizou que existe pouca sinergia e cooperação direta com empresas, quando se trata de Arranjos Produtivos Locais, cujo papel atual tem sido o de animar e mobilizar os atores para a inovação. Informou que esta modalidade de ação vai terminar o ano de 2002 com aproximadamente 50 projetos na carteira do Verde Amarelo, sendo estes muito variados e de naturezas distintas, logicamente uns mais consolidados e outros menos; ressaltou que 0 mais relevante a, alam de tudo, a possibilidade de obtenção da contrapartida por parte dos estados que esta modalidade de ação prevê no que se refere a novos financiamentos. Para área do Empreendedorismo destacou o apoio dado ao Programa Softex, cujo objetivo de gerar negócios no exterior para todo o setor de produção de software no Brasil. Ainda com relação ao Empreendedorismo, o Sr. Pacheco fez referencias ao Projeto "Universidade como motor para a inovação" cujo objetivo principal o de difundir novos conhecimento acerca de possibilidades de cooperação com as universidades e transferencia de tecnologias, executado pelo MIT e PUC-RJ em 2002. Nesta primeira fase o objetivo foi trazer um pouco a experiência do MIT neste campo para ajudar a universidade a formar empreendedores e a capacitar pessoal.

Dando seqüência aos trabalhos, dentro da modalidade de Editais, o Sr. Pacheco fez referências ao edital do TIB Verde-Amarelo da FINEP e do CNPq. Na área de Metrologia as chamadas foram para os Laboratórios de Calibração de Ensaio, Redes Metrológicas Estaduais e P&D em Metrologia; na área de Avaliação de Conformidade as chamadas foram para Programas de avaliação da Conformidade; na área de Tecnologias de Gestão as chamadas foram para Centros de Referencia, Núcleos de Apoio ao Patenteamento e Organização de Escritórios de Negócios; na área de *Design* as chamadas foram para Núcleos de Prestação de Serviços a Industria. Com relação a este assunto, o Sr. Pacheco chamou a atenção dos Conselheiros para o numero global da demanda que foi de 791 propostas recebidas, sendo a maior parte delas em Laboratórios de Calibração e Ensaio. Com a palavra, o Sr. Bernardini questionou sobre o perfil dos laboratórios privados que estavam sendo apoiados. o Sr. Ferraz, do MCT, esclareceu

que estes não se apresentaram, uma vez que a legislação impede a canalização de recursos do Fundo para pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos.

O Sr. Bernardini enfatizou que o grande desafio da equipe é chegar a inovação, da necessidade de transparência e abrangência de informações, devendo este ser um esforço efetivo dos fundos setoriais na medida em que é fundamental que essas informações estejam disponibilizadas para quem interessar. Sem isto, destacou o Sr. Bernardini, a disponibilidade dos serviços terá pequeno impacto e não contribuirá para generalizar o processo de inovação. Enfatizou ainda que, na medida do possível, o sistema de informações deveria preceder a oferta ou pelo menos um corpo básico de informações que chegasse a ponta do sistema e alcançasse pelo menos parte das micro e pequenas empresas interessadas e com potencial para inovação. O Sr. Pacheco esclareceu que o tipo de ação que vem sendo feita no âmbito do FVA A na linha de ação TIB envolve o ambiente de suporte a empresas e de que não se trata de uma demanda acadêmica. O foco da ação e do edital TIB estava voltado para o suporte a inovação com vistas a gerar um ambiente propício ao crescimento e fortalecimento dos respectivos setores. O Sr. Pacheco salientou que a demanda dos laboratórios foi um dos critérios implícitos de julgamento, o que gerou um problema grave de adequação a lei que rege o Fundo Verde-Amarelo, que estabelece que do total de recursos recolhidos, trinta por cento no mínimo deverão ser aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esclareceu que o julgamento é feito tomando-se por base a demanda por uso que o laboratório possui, e não em relação a demanda pura e simples do projeto. Dessa forma, 90% ficou concentrado onde existe a demanda empresarial. Esclareceu que para se chegar ao patamar de 30% de recursos aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foi necessário ampliar o apoio aos Arranjos Produtivos Locais acima dos limites originalmente indicados pelo Comitê, já que no momento esta iniciativa é a única que tem uma carteira de bons projetos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Outra medida tomada consistiu na retirada de projetos de empresas do Sul-Sudeste do Verde-Amarelo e o eventual repasse para outros Fundos. Esclareceu que eram projetos importantes e que necessitavam de financiamento, e que a transferência teve apenas o objetivo de reduzir a carteira Sul-Sudeste do FVA. A luz da experiência de 2002, o Sr. Pacheco destacou que o Comitê deverá, no futuro imediato, discutir e avaliar em profundidade a dimensão regional das ações do Verde-Amarelo. A análise dos resultados preliminares da Carta-Convite e editais, feita pela Secretaria Técnica, evidenciava dificuldades para compatibilizar esses instrumentos ditos competitivos com a regra 90S 30%. Informou que havia solicitado ao CGEE uma reflexão sobre essa questão, e que essa questão era um ponto prioritário para a agenda do Comitê do Verde-Amarelo.

Prosseguindo, o Sr. Pacheco apresentou a distribuição regional do Programa RHAE- inovação, cuja concentração nas regiões Sul-Sudeste confirmam não apenas a necessidade da reflexão por ele sugerida como da questão do acesso à informação levantada pelo Dr. Bernardini. A demanda apresentada na primeira rodada foi de 95 projetos, onde a distribuição regional foi de 62% na região Sudeste, 29% na região Sul, 0,4% na região Centro-Oeste, 8,5% Nordeste e 0% para a região Norte. No caso do RHAE-Inovação, que são bolsas de apoio direto as empresas, mais da metade das propostas foi de empresas do setor de Informática e Eletrônica (59 pedidos), seguido do Agro-negócio (15), Materiais (11), Educação e Gestão (8), Química (1), Imóveis e *Design* (1). Na primeira rodada foram aprovados 54 projetos, distribuídos em 5 setores de atividade econômica, totalizando 200 bolsas, sendo, 12 no setor de informática, 14 sistemas industriais, 8 em materiais, 7 em agrobio, 13 em saúde. Observou que essas são bolsas de Apoio Direto a inovação dentro das empresas. Já na segunda rodada do RHAE-Inovação, que está em julgamento, e que funciona, mais ou menos, com a lógica de fluxo contínuo, onde não existe datas específicas para se assumir propostas, o CNPq recebeu 122 propostas assim distribuídas: (18) em Tecnologia Industrial; (17) em Agronegócio; (18) em Materiais; (16) em Gestão; (6) em Tecnologia Biomédica, (6) em Educação e 41 em outras atividades. A demanda regional apresentada foi de 40% para a região Sudeste, 35% região Sul, e Nordeste com 18%. Nesse sentido, o Sr. Pacheco esclareceu que no momento a concessão de bolsas dessas propostas ainda está sendo analisada. Na sequência, o Sr. Pacheco comentou o caso específico dos Arranjos Produtivos Locais, com 27 projetos aprovados pelo FVA ao longo de 2002. Esclareceu que o fomento de projetos nessa linha foi o principal instrumento utilizado em 2002 para cumprir com a exigência legal de alocar 30% dos recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Afirmou que essa é uma carteira importante e que seria interessante que os conselheiros tecessem comentários a respeito de seus projetos, uma vez que os estados têm revelado qual é a melhor maneira de utilizar a agenda de tecnologia nesses estados. Com a palavra, o Sr. Bernardini enfatizou que a intervenção dos arranjos não deve ser exclusivamente tecnológica, que deve se envolver instituições como o SEBRAE, além de estados, instituições locais, de federações entre outras, que tenham como finalidade a implantação e a promoção de uma intervenção mais sistêmica. O Sr. Pacheco esclareceu que os arranjos que vem sendo financiados tem algo em torno de 200 a 300 parceiros em cada lugar desses arranjos. Enfatizou que este não é um projeto do MCT, mas principalmente dos governos locais, SEBRAE, instituições privadas, federações de indústria, entre outros. O Sr. Pacheco esclareceu que há o envolvimento das associações de produtores, em alguns casos do BNDES, do BNB e BASA, e que foi disponibilizado pessoal *full time* para mobilizar e reunir as empresas e que os resultados tem sido promissores. O Sr. Bernardini citou o caso de Rochas Ornamentais do Espírito

Santo, onde não existe o envolvimento da federação e nem do SEBRAE. Enfatizou que a iniciativa local, de mais de dez anos, tem contribuído significativamente para o sucesso do trabalho. Esclareceu que em todos os projetos nos quais o FVA está envolvido, englobam-se fortemente articulações, as mais variadas possíveis, e que muitas vezes o problema de um arranjo produtivo local não é somente a questão tecnológica, mas pode também ser um problema de marca, de acesso ao mercado, crédito, entre outros. No caso particular do Espírito Santo, na área de Rochas Ornamentais, existe um problema relacionado com o grau de preciosidade de cargas e transportes, além disso, é um caso exemplar acerca da variedade de atores envolvidos. Destacou o fato de que a necessidade que o Espírito Santo tem desses recursos e de tal ordem que o empenho para realização dos projetos e de outra natureza, ao contrário do que acontece com São Paulo que se apresenta muito auto-suficiente.

Com a palavra o Sr. Paulo Alvim enfatizou que os recursos de diversos atores não podem ser trabalhados como recursos exclusivos, mas sim como recursos complementares. Destacou que na realidade esta havendo quase que uma competição por recursos, fato este que amplia enormemente uma demanda que não poderá ser atendida. Enfatizou ainda que se não se trabalhar na lógica de recursos complementares, o SEBRAE e o Fundo Verde-Amarelo não terão condições de atender as solicitações de recursos. Sobre isso o Sr. Alvim sugeriu que se desse início a um processo de disciplinar e organizar a demanda que vem sendo apresentada. Em resposta, o Sr. Pacheco esclareceu que não se recebe um projeto para ser financiado, mas que se vai *in loco* e se negocia com todos os envolvidos de acordo com a possibilidade e disponibilidade dos atores. Destacou que não existe um formulário para ser preenchido e apoiado, mas que se trata de um processo negocial *in loco*.

Com a palavra, o Sr. Bernardini enfatizou que na escolha dos arranjos produtivos o comprometimento local é fundamental. Observou ainda a necessidade de se fazer um levantamento prévia dos arranjos no que se refere aos recursos já alocados para o ano de 2003, tendo em vista que isso permitira, ao tango do processo da escolha, o envolvimento dos outros atores. O Sr. Pacheco esclareceu que isto já vem sendo feito e, em seguida, informou que o valor médio dos projetos para Arranjos Produtivos, algo em torno de 27 projetos, e da ordem de R\$ 16 milhões. O Sr. Pacheco esclareceu que essa carteira de projetos foi construída por um trabalho de três anos e meio, que consistiu em um processo mais direcionado às especificidades de cada estado, selecionando cerca de três a quatro projetos, além de obrigar uma certa priorização do que pode ser feito em nível local. O Sr. Pacheco informou que em todas as ações tem sido feitas interlocuções locais de envolvimento dos mais variados atores. Em seguida, o Sr. Pacheco fez referências ao mapeamento de *clusters* e cadeias no Brasil, contratado pela FINEP, com recursos do próprio FVA, com objetivo de fornecer suporte a análise dos trabalhos desta instituição. Informou que o resultado deste projeto permitira a implantação de um mecanismo de suporte de decisão, cujo funcionamento se dará através do mapeamento do já realizado, possibilitando inclusive a disponibilização deste material em uma biblioteca de suporte de decisão para que este fique a servi90 dos gestores que atuam nesta área do Ministério (MCT), da FINEP e do CNPq - de modo que se tenha um registro, um conjunto de trabalhos existentes, para requerer um suporte de decisão. O Sr. Pacheco manifestou concordar com a necessidade de organizar melhor as ações nesta área, que pelo menos aquelas ações que dizem respeito ao sistema MCT com apoio do VA, poderiam ser avaliadas pela Secretaria Técnica, que tem obrigação de informar ao Comitê sobre as linhas de ações por ele autorizadas. Também seria útil retomar o exercício, realizado no início de 2001 por iniciativa da Secretaria Técnica, de discussões com todos os envolvidos sobre aspectos metodológicos do Programa. O Sr. Suzigan concordou com a sugestão, reafirmando que a experiência que ele teve nesta área comprova que a metodologia é um instrumento fundamental para se ter clareza sobre as linhas de ação a serem tomadas.

Com a palavra o Sr. Bernardini, retomou a discussão acerca do Arranjo Local de Produção de Rochas Ornamentais, destacando os problemas fundamentais de caráter logístico, sendo o primeiro referente ao material de baixo valor econômico e, portanto, o elevado custo do frete em relação a este último; e o segundo diretamente relacionado ao problema de acesso ao mercado, basicamente no que se refere ao foco de produção e ao mercado externo. O Sr. Bernardini esclareceu que os dois problemas por ele mencionados não podem ser enfrentados apenas pelo MCT e enfatizou a necessidade de se contratar uma empresa de pesquisa de mercado, sugerindo para isso a utilização de recursos da APEX. Mencionou, posteriormente, que o BNDES tem excelentes quadros para fazer um estudo de logística dessa natureza, e salientou que este tipo de problema só pode ser resolvido se houver uma integração de esforços. O Sr. Guarita observou a existência de duas discussões distintas, uma sobre as vantagens de ganhos de escalas nessas iniciativas, na medida em que quando se procura ganhar escala, agrupar e convergir parceiros, as chances de êxito são muito maiores; e uma outra questão que está relacionada com a gestão do Fundo Verde-Amarelo, destacando a importância de se buscar o máximo possível de convergências de ações, e não apenas limitar-se ao modelo das ações e relações entre os diferentes atores envolvidos na modalidade de Arranjo Local. Esclareceu que essa convergência pode se dar unindo-se duas ou três linhas de ação e que não envolvam necessariamente o Arranjo Local. Enfatizou que a convergência certamente tem ganhos de escala, e que estes são muito positivos, podendo eventualmente

se dar ata pelo agrupamento com outros fundos. Destacou o fato de que deve-se ter claro que o Fundo Verde-Amarelo não pode se apresentar como um instrumento que promove interferências nos processos decisórios, mas que se deve sim partir sempre do princípio de que um de seus objetivos básicos a busca de convergências.

Com a palavra, o Sr. Ávila destacou que o programa de Arranjos Produtivos consegue, hoje, articular iniciativas de diferentes atores. Complementando a observação do Sr. Ávila, o Sr. Bernardini disse que o programa permite melhor atender regiões como Norte e Nordeste, bem como possibilita também melhor assistência a pequena empresa. Sobre o assunto, Sr. Pacheco citou que existe um parceria com o Banco do Nordeste, o qual se responsabiliza por dar suporte a carteira de arranjos (no caso do Nordeste). Esclareceu, ainda, que a negociação em prol desta parceria com o Banco do Nordeste foi longa e não muito fácil mas que hoje tem-se um envolvimento em caráter permanente do Banco nessa carteira de arranjos. Sobre isso, o Sr. Bernardini questionou se seria possível um convênio guarda-chuva FINEP/SEBRAE, MCT-SEBRAE ou FVA-SEBRAE. Em resposta o Sr. Ávila informou que já existe um tipo de convênio importante entre Finep e SEBRAE Nacional. Adiante, o Sr. Luiz Martins chamou a atenção dos conselheiros para a necessidade de se discutir as dificuldades hoje existentes para aprovação dos projetos na região Norte, sem que haja uma maciça ação de indução.

Dando seqüência à apresentação, o Sr. Pacheco ressaltou a importância da ação de suporte dado aos Parques Tecnológicos, no sentido de que esta sinaliza melhor a necessidade de criar um ambiente favorável à inovação; a ação dos Parques é uma intervenção mais no atacado, que procura estimular a introdução de um modelo empresarial, profissional, de parques tecnológicos, superando a abordagem um tanto amadora que ainda hoje a dominante e que tem sido responsável pela grande proliferação de parques de papel pelo Brasil afora, sem qualquer possibilidade de êxito, mas que ainda assim contribuem para a dispersão dos recursos em negócios sem futuro. Sobre esta linha de ação, o Sr. Pacheco explicitou que foi feito um edital com dois períodos de apresentação de propostas. A Chamada 1 tem como objetivo apoiar a elaboração de Planos de Investimento de Parques Tecnológicos no Brasil, sendo obrigatória a oferta de contrapartida de 100% (cem por cento) dos recursos solicitados ao FVA. Apesar da exigência ter sido alta, foram apresentadas 17 propostas na 1ª chamada e 15 propostas na 2ª. Na 1ª Chamada foram classificadas 4 propostas, a saber: Santa Catarina, com a proposta na ilha de Florianópolis, que possui um terreno enorme do governo do estado; Recife - no Porto Digital, onde o governo do estado financiou uma enorme contrapartida com a iniciativa do Porto Digital do Recife; Campinas, em nome da Unicamp, também em contrapartida do governo do estado e da prefeitura da Universidade; Belo Horizonte, dentro do terreno federal, também com contrapartida da prefeitura da universidade. E na 2ª chamada foram aprovadas 2 propostas: Brasília - na fazenda da Embrapa de 1.500 hectares dentro do DF, com o suporte financeiro do DF e da própria Embrapa; Rio de Janeiro, o Parque da Gávea com a PUC-RJ, entre outros exemplos.

Em seguida, o Sr. Pacheco mencionou os editais e chamadas pelo VA em 2002, cujos resultados esclareceu já terem sido apresentados anteriormente. Prosseguindo, o Sr. Pacheco fez um a síntese da Distribuição Regional dos projetos aprovados, no período 2001-2002; revelou que os dados preliminares indicavam que 29% dos recursos do VA haviam sido alocados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. o Sr. Pacheco afirmou estar otimista com as ações do FVA em especial as relacionadas a carteira de Arranjos, pois os resultados mostram que o ano de 2002 terminará com aproximadamente 50 arranjos financiados.

Em seguida, o Sr. Pacheco exaltou o reconhecimento acerca da preocupação permanente dos conselheiros em relação ao envolvimento das empresas em cada uma das ações. Desse modo, solicitou que a Secretaria Técnica enviasse aos Conselheiros um balanço da carteira de Arranjos Produtivos Locais, no qual possa contar a relação das empresas envolvidas, o nível de envolvimento destas com os arranjos, e outras informações que possam vir a esclarecer a interação que vem se estabelecendo entre as empresas e os demais setores que compõem a cadeia produtiva. Em seguida, o Sr. Pacheco finalizou este assunto fazendo um balanço sumário das ações do FVA, no que se refere a distribuição da carteira nos dois primeiros anos (2001 -2002) nos quais o Fundo vem operando. Em relação a Programação Financeira do FVA, esclareceu que este é um assunto importante que vem sendo discutido junto ao governo de transição. A preocupação é saber o montante de recursos do FVA disponível para as operações futuras e o comprometimento financeiro deixado para o ano 2003, que está na ordem de R\$ 70 milhões. O Fundo Verde-Amarelo tem um orçamento para 2003 de fomento de cerca de R\$ 126 milhões, dos quais R\$ 70 milhões já estão comprometidos. Ainda sobre o assunto, o Sr. Pacheco fez referências ao fato de que o FVA e o CT-Infra são os dois fundos mais horizontais, de maior visibilidade e de maior comprometimento da carteira para o ano de 2003. Informou aos conselheiros sobre a conversa particular que teve com o Sr. Jorge Bittar, na qual propôs ao mesmo que do orçamento dos fundos, sejam transferidos R\$ 50 milhões da reserva de contingência, sendo R\$25 milhões adicionais no orçamento de 2003 do Verde-Amarelo e R\$ 25 milhões para o Fundo de Infra-estrutura. Afirmou ser esta apenas uma questão da proposta chegar as mãos do relator geral para que se proceda a transferência dos R\$50 milhões, oriundos dos R\$500 milhões de reserva de contingência dos fundos para o ano de 2003. Dessa

forma, afirmou que o Fundo Verde-Amarelo passara a ter uma disponibilidade de R\$150 milhões e uma carteira de R\$ 70 milhões em projetos, abrindo, dessa forma, possibilidade de novas ações, a exemplo do que foi feito neste ano. Prosseguindo, o Sr. Pacheco fez a apresentação do número total de projetos que estão na carteira do FVA A, cuja contratação em 2001 foi de 232 projetos e, embora os números ainda possam ser alterados, o número de projetos em 2002 foi algo em torno de 397 projetos, distribuídos nas diferentes áreas e setores. Aproveitou a oportunidade para informar que todo o material apresentado seria distribuído aos conselheiros, por meio eletrônico, e para este fim solicitou ao Sr. Antonio Buainain que obtivesse junto ao Sr. Luis Martins o material referente aos Arranjos Produtivos Locais, bem como a relação das empresas envolvidas nesta ação. Enfatizou que seria interessante que se apresentasse as outras instituições envolvidas, como universidades, centros de pesquisas, institutos tecnológicos, entre outros, com a finalidade de travar um perfil acerca dos atores envolvidos. O Sr. Antônio Buainain informou que o material já está sendo preparado pela Secretaria Técnica, com auxílio das agências e MCT, e que no processo de revisão do documento designado "Fundo Verde-Amarelo: Documento de Balanço das Ações em 2002" estas informações seriam agregadas, bem como outras de interesse do Comitê. O Sr. Pacheco solicitou que após o envio do documento, fosse estipulado um prazo para sugestões de alterações no documento. Novamente enfatizou a importância de se contabilizar os tipos de parceiros que estão envolvidos - empresas dos diversos segmentos, institutos, universidades, entidades tecnológicas setoriais, associações de empresas, e deu relevo ao Movimento do Brasil Competitivo, as demais ações que foram feitas em parceria com a CNI, dentre eles os levantamentos que a FINEP preparou junto com a esta instituição sobre a inovação na indústria etc. Somado a isso, o Sr. Pacheco também chamou a atenção para a importância de se fazer um mapa das instituições que estão envolvidas e, aliado a isso, o perfil institucional.

Dando continuidade aos trabalhos o Sr. Buainain informou ao Sr. Pacheco sobre a necessidade de solicitar aos Conselheiros que voltem a assinar o conjunto das atas revisadas, pois tendo em vista a inexperiência do Secretário, os mesmos estavam assinando atas sem as revisões solicitadas, além disso, esclareceu que duas atas que haviam sido previamente assinadas por alguns membros estavam extraviadas desde a mudança do CGEE, pelo que pedia desculpas ao Comitê.

O Sr. Bernardini solicitou a palavra, questionando sobre o prazo de mandato dos membros do Comitê Gestor, se este é ou não determinado e de quanto tempo. Em resposta, o Sr. Pacheco informou que o mandato do Comitê não tem prazo determinado. Houve um esclarecimento de que os conselheiros externos tem um mandato de dois anos. O Sr. Pacheco esclareceu que preparou, para a equipe de transição, um documento contendo informações todas as pessoas que estão nomeadas nos diversos comitês. Informou que em geral, o critério utilizado para a nomeação e o de auscultar as representações institucionais, ou seja, a SBPC, a Academia, as confederações de indústria, as associações setoriais de indústria, entre outras. Finalizou externando que do ponto de vista do MCT, o Fundo Verde-Amarelo foi a maior novidade na área dos fundos, e que talvez tenha sido a fonte de maior experiência de parcerias público-privada, e também de articulação de atores pró Sistema Nacional de Inovação, sejam estas nas áreas de mobilização, de empreendedorismo, de Arranjos Locais ou de Projetos Cooperativos. Na realidade, o FVA envolveu um conjunto vasto de experimentações de natureza institucional das mais variadas possíveis. O Sr. Pacheco adicionou que sua avaliação é muito positiva a respeito do que foi e daquilo que é possível ser feito. aproveitou a oportunidade para salientar a existência de vários programas e desafios importantes, dos quais alguns foram identificados na presente reunião, tais como os que envolvem capilaridade e condições de acessar e atingir as pequenas e médias empresas.

Em seguida, o Sr. Pacheco mencionou algumas ações financiadas pelo FVA que, no mínimo, resultaram em reflexões e novas avaliações sobre a situação tecnológica da Empresa Brasileira no ano de 2002. Em parceria com o MDIC, o Sr. Pacheco ressaltou que foram feitos vários suportes a estudos e fóruns de competitividade, além de outras iniciativas que possibilitaram fazer importantes levantamentos sobre a situação da inovação no setor industrial; fez também referências a pesquisa realizada em conjunto com a CNI. Mencionou o resultado da PINTEC/IBGE - primeira pesquisa de grande escala no Brasil ampliando os critérios estatísticos do Euro Stat sobre inovação, hoje prevaletentes na Comunidade Européia e aplicados internacionalmente; esse critério nos permite contabilizar de forma efetiva, e estatisticamente confiável, o estorço privado em P&D no País e compará-lo com o de outros países.

Em seguida, o Sr. Pacheco chamou a atenção dos presentes para a situação brasileira de inovação sob a ótica das empresas, tanto no que se refere aos produtos e processos de inovação quanto acerca das fontes de informação para inovação, e o tipo de parcerias entre as instituições, entre as empresas, entre estas com associações ou estas com as instituições de pesquisa. Dando continuidade, outro ponto destacado pelo Sr. Pacheco se refere ao material do IBGE, chamando atenção para duas abordagens que na sua opinião são muito relevantes; i) o quanto fundamental e a informação para inovação e; ii) a importância dos parceiros nas relações de cooperação. Neste contexto, o Sr. Pacheco destacou a comparação que o IBGE faz entre Brasil/Espanha, cuja pesquisa apresentou resultados interessantes sobretudo com relação aos gastos reais de P&D no Brasil, sendo este é de 1,1 % do PIB, 62% do setor público e 42% do setor privado. A comparação com a Espanha é ilustrativa, haja vista que a Espanha

gasta 1 % do PIB, sendo este mais ou menos da mesma ordem de grandeza que do Brasil. O gasto no setor privado da Espanha também é de 40% do PIB, tomando-se assim um bom paralelo. O gasto em P&D e a participação privada é um pouco maior na Espanha se comparado ao caso brasileiro. Por exemplo, no Brasil a aquisição de máquinas e equipamentos é muito mais significativa do que na Espanha, e as atividades que envolvem cooperação são muito mais intensas na Espanha do que no Brasil. Isto apesar da Espanha ser inferior ao Brasil no que diz respeito a academia, e de que o Brasil dispõe de um parque instalado, do ponto de vista acadêmico, muito melhor do que a Espanha. A conclusão é de que a Empresa Brasileira está sub-utilizando esta capacidade, e que a Espanha, com capacidade inferior, explora melhor seus recursos que o Brasil. Segundo o Sr. Pacheco, esta constatação comprova a síntese de concepção do Fundo Verde Amarelo, que consiste em trabalhar permanentemente articulando atores do Sistema Nacional de Inovação e promovendo a articulação universidade e empresa. Desse modo, o Sr. Pacheco afirmou crer que se o balanço de contas do Verde-Amarelo estiver com um número excepcional de parcerias construídas, então o Fundo está no caminho certo. Informou que distribuiu dois outros documentos da OCDE sobre os *highlights* do último relatório do *Technological Industrial Outlook* da OCDE, cuja ênfase na realidade e uma idéia de que vivemos em uma economia de *links* e *networking*. O outro documento diz respeito a uma conferência da OCDE organizada pelo Departamento de Indústria e Tecnologia da OCDE, na qual o Ministro apresentou uma síntese do que vem acontecendo no Brasil. Sobre isso, o Sr. Pacheco informou que foi a uma palestra que contou com a participação de vários órgãos de fomento do mundo inteiro. Destacou que anexo ao documento consta uma lista de programas de parcerias vigentes na OCDE que apresenta um rol vastíssimo de experiências de cooperação Universidade-indústria, parcerias públicas e privadas, além de centenas de projetos e iniciativas muito interessantes. Esclareceu que foi solicitado, no ano de 2002, a inclusão do Brasil como observador no Comitê de Ciência e Tecnologia da OCDE e que o pedido encontra-se em processo de julgamento. Ainda sobre o assunto, o Sr. Pacheco afirmou crer que o Brasil, no ano de 2003, irá fazer parte do referido comitê, e exaltou a importância deste fato do ponto de vista do aprendizado com relação as políticas e as implementações de novas ações. Em seguida, mencionou um artigo publicado na Folha de São Paulo, intitulado "Tecnologia e Articulação", cuja ênfase circula em torno da necessidade de se ampliar o escopo de articulações. Ressaltou ainda, mais especificamente, o equívoco do último parágrafo do referido artigo que menciona fato de que um dos erros do modelo atual dos fundos setoriais e pretender que o processo seja conduzido pelo pesquisador, quando o esforço que vem sendo realizado e no sentido contrário. o Sr. Pacheco expressou sua opinião quanto a importância de, baseado nesse relatório, divulgar quais foram as parcerias construídas, dando mais visibilidade ao conjunto de ações que estão sendo feitas. Solicitando a palavra, o Sr. Buainain mais uma vez pediu a colaboração dos Conselheiros a fim de que todos assinassem as atas que ficaram sem a assinatura formal dos membros. o Sr. Piccinini, solicitou maiores esclarecimentos sobre o motivo de uma nova rodada de assinaturas e, em consenso, decidiu-se pelo livre arbítrio de cada um dos conselheiros quanto a assinatura das atas.

Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Salles fez uma apresentação da Revista Brasileira de Inovação, cujo editor responsável é o Prof. Wilson Suzigan, membro do Comitê Gestor do FVA. Informou que a FINEP está financiando parte da revista, mas que ainda necessitam de recursos para financiar a parte gráfica, editoração, etc, cujo valor está estimado em torno de R\$25 mil por edição. Esclareceu que uma das propostas seria o Fundo Verde-Amarelo doar R\$ 50 mil reais para assegurar a publicação da revista pelos próximos 2 anos. Com relação aos demais custos, o Sr. Salles informou que a FINEP arcaria com a despesa de pessoal e o FVA financiaria a parte gráfica e de editoração dessa revista. Com a palavra, o Sr. Suzigan falou do interesse que a revista *tem* despertado sobretudo no meio acadêmico, e que já estão recebendo artigos para publicação. Sobre isso, o Sr. Suzigan afirmou acreditar que a revista é um investimento que já está trazendo resultados positivos do ponto de vista de se criar um meio para divulgação de trabalhos científicos com foco na inovação. O Sr. Guarita externou sua opinião no sentido que não cabe ao Comitê analisar projetos e tampouco cabe se posicionar sobre este ou qualquer outro projeto, e que o MCT e suas agências devem ter autonomia para utilizar os instrumentos, alguns inclusive com recursos do Verde-Amarelo, para implementar iniciativas relevantes e que sejam consistentes com as diretrizes e orientações do Comitê Gestor para ações específicas do Fundo.

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Pacheco informou que gostaria de fazer um balanço geral do processo de transição de governo. Em relação à programação orçamentária, disse que esta não deveria ser diferente da que foi aprovada previamente pelo Comitê. O Sr. Pacheco afirmou que qualquer mudança deveria ficar a cargo do novo Comitê, caso o mesmo queira refazer a alocação dos recursos por eixos e por ações. Esclareceu que durante o período de transição, a intenção foi a de esclarecer da melhor maneira possível o novo governo acerca dos vários instrumentos do Ministério, e do grau de comprometimento das diversas carteiras. Complementou suas observações enfatizando que a transição hoje está muito concentrada em aspectos relacionados a gestão e estrutura, ou a impacto fiscal e orçamento. Disse ainda que, visivelmente, não existe discussão sobre política de Ciência e Tecnologia na mesa nesse momento, como não existe discussão sobre política nos outros Ministérios. Afirmou que a transição efetivamente tem se concentrado em evitar grandes esqueletos. Disse acreditar que do ponto de vista de gestão coerente dos instrumentos que o Ministério possui, a fundamental a mostrar não somente

as políticas realizadas e a agenda em debate, mas também qual a 0 grau de comprometimento das varias carteiras; a que esta e 0 que não esta contratado; qual a 0 grau de liberdade para novas ações do próximo ano. No caso do Fundo Verde-Amarelo, o Sr. Pacheco salientou que o orçamento é algo em torno de R\$ 126 milhões, e que uma negociação com o relator geral deverá ampliar em mais R\$ 25 milhões o orçamento do ano de 2003, sendo que o comprometimento da carteira é de aproximadamente R\$ 70 milhões, situação esta que pode sofrer alterações até o final do ano de 2002, quando se deverá considerar novo limite financeiro previsto no ultimo decreto já acertado e que ainda não foi publicado. O Sr. Pacheco finalizou dizendo acreditar que a situação do Fundo, do ponto de vista financeiro, a bastante saudável.

Com a palavra, o Sr. Miraglia disse que alam de todos os esclarecimentos que foram apresentados, tinha a expectativa de que as conselheiros fossem receber um documento que seria um legado para o próximo grupo gestor do Fundo. Em resposta o Sr. Pacheco esclareceu que a Secretaria Técnica está terminando um documento de balanço do FVA, e sugeriu que a documento fosse disponibilizado em formato digital, tornando possível aos conselheiros fazerem as eventuais observações, críticas, alterações, sugestões, inclusões etc. O Sr. Pacheco sugeriu que um legado interessante para os novas gestores seria a síntese da discussão a respeito da filosofia do Fundo, e que a parte dos dados estatísticos poderá ser passada em um outro momento para as 590 membros do Comitê, como uma forma de anexo, depois do dia 21 de dezembro de 2002. O Sr. Pacheco solicitou ao Sr. Buainain que disponibilizasse 0 documento de concepção para os conselheiros, não sendo necessário que todas as prestações de contas e os quadros estatísticos das diversas agencias estivessem finalizados. Solicitou que quando esse material fosse distribuído por e-mail, que a data de envio dos quadros estatísticos provisórios fosse informada, bem como a data em que os dados estatísticos provisórios seriam enviados na versão definitiva, solicitou que fosse estipulado um prazo para sugestões, depois um outro prazo para avaliação do documento final, consolidando as sugestões e os quadros estatísticos finais. O Sr. Buainain informou que já se encontra disponível no Escritório Virtual uma súmula das atas de todas as reuniões anteriores além desta.

Prosseguindo com os trabalhos, o Sr. Antonio Barros de Castro expressou preocupação quando o Sr. Pacheco apresentou dados sobre parceria e num dado momento usou a expressão *"Nos estamos muito longe"...* *"Nos estamos engatinhando nesse campo"* - ocasião esta em que o mesmo se referia ao panorama comparativo internacional. Sobre isso, a Sr. Castro esclareceu que, na sua opinião, 0 Brasil e um dos casos mais exitosos de abertura, e que nos últimos três anos o Brasil começou a correr rapidamente em direção a ação que conjuga, que articula e promove parcerias etc. Todavia observou que se comparado os tópicos de parcerias, este ainda e baixíssimo no Brasil, mas que provavelmente 0 Brasil deve ser a pais que mais rapidamente avançou em direção as parcerias. Finalizou dizendo que o melhor a ressaltar a virada nessa direção e consulta publica, período este onde foi recolhido mais de 6.000 sugestões; a proposta final acolhe um conjunto de sugestões como também refletem uma longa negociação interna do governo. Esclareceu, inclusive, que o Projeto não foi feito por medida provisória, portanto não e um documento que esteja fechado em si, que se encontra no Congresso, e que esta sujeito a emendas. Por esse conjunto de razões o MCT não está de acordo em retirar a urgência constitucional, embora o assunto ainda estava em discussão com a equipe de transição. Informou que para não se ter o desgaste de se retirar o projeto em 2003 do Congresso, optou-se pela não retirada do caráter de urgência constitucional, deixando a decisão para o próximo governo.

Com a palavra, o Sr. Guarita questionou a existência de uma visão política e estratégica de se retirar as universidades do Ministério de Educação e trazer para o MCT. Em resposta o Sr. Pacheco esclareceu que este e um ponto de vista do Sr. Cristovam Buarque. Contudo, esclareceu que possivelmente esta tese não acontecerá, pelo menos a curto prazo, tendo em vista que nenhuma mudança administrativa será efetuada durante a transição de governo, até mesmo pelos problemas de custo financeiro que essas mudanças administrativas exigem. Com a palavra o Sr. Bernardini relatou a sua avaliação particular com relação a convivência exitosa do setor privado com os representantes da comunidade científica, dos diversos ministérios, e com a direção do MCT dentro do modelo de gestão do Fundo Verde-Amarelo, enfatizando o quão interessante e benéfica esta experiência mostrou ser. Relembrou algumas das dificuldades iniciais, como por exemplo a questão da comunicação que sofria muitas interferências e alguns desentendimentos devido, principalmente, aos problemas de linguagens diferentes, ainda que as intenções eventualmente fossem as mesmas. Reconheceu que houve uma enorme evoluçao de parte a parte, e uma enorme boa vontade por parte de todos no sentido de viabilizarem importantes discussões de interesse do País como um todo. Salientou o forte avanço no modelo de aplicação de fundos públicos e nos objetivos que foram propostos. Ainda com a palavra, prosseguiu ressaltando a necessidade da continuidade das ações bem sucedidas pois ainda ha um longo caminho a ser percorrido, como por exemplo que se continue objetivando a democratização da informação e o acesso democrático aos recursos, principalmente por parte daqueles que normalmente são excluídos dos principais programas justamente por problemas de informações e de inaptidão ao acesso, ainda muito burocrático, a alguns tipos de programas. Todavia, reconheceu que foram feitos fortes avanços nesse sentido. Reconheceu, ainda, que os novos instrumentos de incentivo tais como a equalização de juros,

entre outros, podem vir a fazer uma enorme diferença no futuro. Manifestou a necessidade de dar continuidade à experiência e, neste sentido, a necessidade de reforçar a capacidade da Secretaria Técnica de funcionar de forma mais plena como elo entre o sistema e o Comitê, inclusive realizando avaliações das carteiras e estudos de prospecção e demanda.

Por fim, em seu nome da FIESP deixou o reconhecimento da seriedade e da qualidade do trabalho que foi feito e a demonstração de dedicação ao interesse público, os quais pode presenciar ao longo deste ano. No ensejo, o Sr. Guarita endossou as palavras do Sr. Bernardini, expressando também uma avaliação positiva pessoal e da instituição que representa, em relação as ações e iniciativas implementadas. o Sr. Pacheco reconheceu que existe uma enorme equipe trabalhando em conjunto: a FINEP, Ministério, CNPq, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, a Secretaria Técnica do FVA, e também parabenizou a todos pelo excepcional trabalho que foi feito durante esse período. Informou que terão que continuar trabalhando, destacando que provavelmente até o final de 2002 haverá o aprimoramento da medida provisória 66, de que tratam os quatro artigos sobre os incentivos em P&D, que implicara em algo extremamente positivo para o setor privado. Esclareceu que foi realizada uma conversa com o relator, e que este incorporou as sugestões do MCT na Integra, dentre elas, as que desoneram o pagamento de tributos em geral e da própria CIDE - que contribui para o Verde-Amarelo - possibilitando remessas ao exterior para efeitos de depósito de patente no exterior e o registro de marcas no exterior. Na oportunidade, esclareceu que o relator aprimorou alguns artigos da medida provisória que já eram bons artigos, por exemplo, desonerando certos tributos do setor privado no que diz respeito a patenteamento e registro de marcas no exterior; fazendo alguns aprimoramentos na redação para melhor definir inovações; ao produto e processo; resolvendo o problema de como e que se faz um regime de transição do que já está diferido para aplicação no incentivo da lei para o ano seguinte e que não estava claro na redação inicial.

Na sequência, o Sr. Pacheco afirmou que o Fundo Verde-Amarelo, por ser um campo vasto de experimento, gera um entusiasmo muito grande no corpo técnico do Ministério, do CNPq e em particular da FINEP. Ressaltou a experiência acumulada no corpo técnico e a larga experiência em ações com o setor privado que não advém apenas da administração vigente. O Sr. Pacheco destacou também que o Ministério da Ciência e Tecnologia, em seus vários tipos e campos de ação, foi um dos grandes impulsionadores do movimento de qualidade no Brasil, e o que se tem agora é um instrumental renovado que permitirá superar o que foi feito no passado. Desse modo, o Sr. Pacheco finalizou agradecendo o empenho das pessoas envolvidas e disse acreditar que estas darão sequência ao trabalho desenvolvido com galhardia, certo de que com a mesma competência e dedicação tal como fora até então.

Foi aprovada a ata da 6ª reunião com as modificações sugeridas e determinado à Secretaria Técnica que tome as providências necessárias para levar a cabo as recomendações feitas durante a reunião. Nada mais havendo a ser tratado, as treze horas e trinta minutos, o Sr. Pacheco deu por encerrada a reunião, e após lida e aprovada a presente ata, será subscrita e assinada pelo presidente e pelos membros conselheiros presentes.